

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
CURSO EM LETRAS – PORTUGUÊS**

**SÂMILA REISEL ORTEL**

**O TRATAMENTO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR  
DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Jaguarão  
2021**

**SÂMILA REISEL ORTEL**

**O TRATAMENTO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR  
DO ENSINO FUNDAMENTAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras Português EaD-UAB da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciada em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Nathan Bastos de Souza

**Jaguarão  
2021**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

0077t Ortel, Sâmila Reisel

O TRATAMENTO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA BASE NACIONAL COMUM  
CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL / Sâmila Reisel Ortel.

44 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade  
Federal do Pampa, LETRAS - PORTUGUÊS E LITERATURAS DE LÍNGUA  
PORTUGUESA, 2021.

"Orientação: Nathan Bastos de Souza".

1. Variação Linguística. 2. Língua Portuguesa. 3. Base  
Nacional Comum Curricular. I. Título.

**SAMILA REISEL ORTEL**

**O TRATAMENTO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Letras Português/UAB da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Letras.

Trabalho defendido e aprovado em: 23 de novembro de 2021.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Nathan Bastos de  
Souza  
Orientador (UNIPAMPA)

Profª Me. Gabriella Cristina Vaz  
Camargo (UNESP)

Profª Dra. Clara Zeni Camargo  
Dornelles (UNIPAMPA)



Assinado eletronicamente por **NATHAN BASTOS DE SOUZA, PROFESSOR MAGISTERIO SUPERIOR**

- **SUBSTITUTO**, em 24/11/2021, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Gabriella Cristina Vaz Camargo, Usuário Externo**, em 24/11/2021, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **CLARA ZENI CAMARGO DORNELLES, PROFESSOR DO MAGISTERIOSUPERIOR**, em 24/11/2021, às 13:32, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0643594** e o código CRC **F3455FF7**.

---

## **AGRADECIMENTOS**

A DEUS, primeiramente, por me conceder perseverança durante essa jornada de aprendizado e renúncias em prol desse objetivo.

A minha querida filha Kamilla, que esteve a meu lado, firme, forte e paciente, durante todo o meu percurso até aqui.

A minha família, mãe Marlene, minhas irmãs e sobrinhos, pelo apoio e compreensão nos momentos mais tensos e por entenderem minhas ausências.

Ao Prof. Dr. Nathan Bastos de Souza por ter me escolhido como orientanda, ser parceiro, orientador dedicado e atento, e por todo o suporte durante a jornada.

Às Professoras, Dra. Clara Zeni Camargo Donelles e a Me. Gabriella Cristina Vaz Camargo pela disponibilidade em avaliar este Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos professores e tutores, super dedicados e atenciosos, minha gratidão pelos momentos de aprendizado e troca.

Aos colegas, especialmente, a Amanda, Gabriel, Raquel e Renata, pelo companheirismo, apoio e resistência nos momentos mais difíceis.

A todas as pessoas que estão ou estiveram próximas a mim durante esse percurso e que, de uma maneira ou de outra, me auxiliaram de alguma forma a chegar até aqui.

## RESUMO

O presente estudo apresenta o objeto variação linguística como parte integrante do sistema linguístico da Língua Portuguesa. O trabalho partiu da necessidade de entendimento do objeto de estudo e objetiva a compreensão, o estudo e a análise de como a variação linguística é tratada pela Base Nacional Comum Curricular do ensino fundamental e, como aporte para alcançarmos esse objetivo, perpassamos por outros documentos oficiais de apoio ao ensino. Para tanto, foi realizada uma análise metodológica a partir de uma pesquisa de caráter exploratório, de abordagem qualitativa, utilizando como procedimento de pesquisa um estudo de caso de formato bibliográfico, com aporte em pesquisas e cotejamento de textos anteriores sobre o tema objeto de estudo, além da exploração de atividades e cotejamento em livros didáticos. A partir do cumprimento do objetivo desta pesquisa, intencionamos auxiliar os estudos e a utilização da variação linguística como parte integrante e inerente ao processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa dentro do contexto acadêmico. O estudo resultou na descoberta do tratamento da variação linguística como campo de conhecimento linguístico pela BNCC do ensino fundamental e que, a partir de sua promulgação, esse campo de conhecimento passou a ser utilizado na elaboração dos livros didáticos. Foi possível, dessa forma, considerar que a variação linguística vem sendo reconhecida dentro do sistema linguístico da Língua Portuguesa já desde os documentos anteriores à BNCC, contudo, fica evidenciada a sua importância, sendo apreciada como um campo de conhecimento, apenas e somente na Base, o que nos leva a consumir a importância da utilização da BNCC para a pesquisa da variação linguística no processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa.

**Palavras-chave:** Variação Linguística; BNCC; Língua Portuguesa.

## RESUMEN

El presente estudio presenta el objeto variación lingüística como parte integrante del sistema lingüístico de la Lengua Portuguesa. El trabajo partió de la necesidad de entendimiento del objeto de estudio y objetiva la comprensión, el estudio de análisis de como la variación lingüística es tratada por la Base Nacional Común Curricular de la enseñanza fundamental y, como aportación para logrnos ese objetivo, buscar por otros documentos oficiales de apoyo. Por ello, fue realizado un análisis metodológico a partir de una investigación de carácter exploratorio, de enfoque cualitativo, utilizando como procedimiento de investigación un estudio de caso de formato bibliográfico, con enfoque en cotejo de textos anteriores sobre el tema objeto de estudio, además de la exploración de actividades y comparaciones en libros educativos. A partir del cumplimiento del objetivo de esta investigación, anhelamos auxiliar los estudios y la utilización de la variación lingüística como parte integrante y específica del proceso de enseñanza y aprendizaje de la Lengua Portuguesa en el contexto académico. El estudio resultó en la descubierta del tratamiento de la variación lingüística como campo de conocimiento lingüístico por la BNCC de la enseñanza fundamental y que, a partir de su publicación, ese campo de conocimiento pasó a ser utilizado en la elaboración de los libros educativos. Fue posible, de esa forma, considerar que la variación lingüística viene siendo reconocida adentro del sistema lingüístico de la Lengua Portuguesa ya desde los documentos anteriores a la BNCC, sin embargo, queda clara su importancia, siendo disfrutada como un campo de conocimiento, solamente en la Base, el que nos lleva a concluir la importancia de la utilización da BNCC para la investigación sobre la variación lingüística en el proceso de enseñanza y aprendizaje de la Lengua Portuguesa.

**Palabras-clave:** Variación Lingüística; BNCC; Lengua Portuguesa.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quadro dos Campos de Conhecimentos Linguísticos da BNCC.....	33
Figura 2 – Texto do Livro Didático: Português – conexão e uso – Manual do Professor.....	38
Figura 3 – Atividades sobre variação linguística - Livro Didático: Português – conexão e uso – Manual do Professor.....	39

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 A Variação Linguística.....</b>	<b>14</b>
<b>2.2 O papel dos Documentos Oficiais em relação à Variação Linguística no contexto do ensino da Língua Portuguesa.....</b>	<b>19</b>
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>24</b>
<b>3.1 Métodos de Pesquisa.....</b>	<b>24</b>
<b>3.2 Metodologia de Análise .....</b>	<b>25</b>
<b>4 UM CONTEXTO SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR .....</b>	<b>27</b>
<b>4.1 O tratamento da variação linguística pela BNCC para o Ensino Fundamental .....</b>	<b>29</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Língua Portuguesa, além de ser uma língua complexa, é composta por muitos aspectos e dentre eles, um dos mais interessantes e que nos causa curiosidade, é aquele da variação linguística. Podemos dizer que esse fenômeno da língua se compõe a partir da relação entre a língua e os falantes, que introduzem alterações no sistema da língua, que se modifica devido a inúmeros fatores como, por exemplo, regionalismos, cultura, gênero, situação socioeconômica, entre outros.

A língua que falamos vai sofrendo alterações ao longo do tempo a depender de fatores de variação linguística, quais sejam, nossa rede de sociabilidade, exposição a outros contextos linguísticos, estudo e aprendizagem, ambiente de trabalho e convivência ao longo de nossas vidas. Então, consideraremos que a língua não é imutável e sim variável e heterogênea. Essa afirmação vai ao encontro do princípio básico da sociolinguística que diz: “Toda a língua muda e varia”, ou seja, muda com o passar do tempo e varia no espaço (geográfico e/ou social). (BAGNO, 2017, p. 469-470).

Então, quanto maior a exposição de um falante a contextos de variações linguísticas diferentes, tanto maior será seu vocabulário sociolinguístico, independentemente do grupo social a que pertença. Em um mundo onde se falam várias línguas e dialetos, onde inúmeros grupos sociais são formadores de diferentes variações da língua, sabemos que cada grupo social se expressa em variedades próprias, mesmo que se situem em um mesmo país ou região. Conforme Bortoni-Ricardo (2004, p. 47):

[...] em toda comunidade de fala, há sempre variação linguística. Isso quer dizer que qualquer comunidade, seja pequena, como um distrito semirural pertencente a um município, ou grande, como uma capital, um estado ou um país, sempre apresentará variação linguística [...].

Dentro desse contexto, podemos considerar então, que a variação linguística está presente na língua, que varia de acordo com a região, com a cultura, características religiosas, crenças, gêneros e também pelas condições socioeconômicas. Com a Língua Portuguesa não é diferente. Temos uma variação linguística gigantesca em nosso país. Cada região do Brasil fala de uma forma diferente e repleta de regionalismos e isso é que forma a variação linguística. Esse emaranhado de características se junta a outros fatores que tornam a língua ainda

mais variável, como, por exemplo, a baixa escolaridade de parte da população, a falta de acesso ao ensino, a evasão escolar por inúmeros motivos, que relativizamos sempre como problemas sociais e econômicos. Tudo isso se soma aos regionalismos existentes na linguagem típica de cada região e aos fatores já citados anteriormente.

Por outro lado, podemos dizer que a variação linguística ocorre também pelo fato de que necessitamos nos comunicar. A comunicação é o princípio básico para a existência da fala e cada falante traz consigo uma forma diferente de interação com os demais falantes sejam eles de um mesmo grupo social ou de grupos sociais distintos. A comunicação, então, nos remete a diferentes falares da língua que formam a variação linguística que, de fato, faz a ponte entre as interações sociais a que somos expostos. A esse respeito, Bagno (2003, p. 19, grifo do autor) “[...] considera a língua como uma *atividade social*, como um trabalho empreendido conjuntamente pelos falantes toda a vez que se põem a interagir verbalmente, seja por meio da fala, seja por meio da escrita”.

A fala e a escrita são formas diferentes de comunicação, porém, ambas são variáveis. A fala é variável devido à soma de fatores externos que fomentam o vocabulário individual de cada falante. Já a escrita varia em relação à alfabetização e à escolarização<sup>1</sup>. A partir do momento que passamos a nos escolarizar começamos a ter contato com formas diferentes da língua, pois passamos a aprender conforme a língua escrita que nos é ensinada. Porém, a variação linguística de cada falante permanece e é conectada com os novos conhecimentos de forma a aumentar, progressivamente, nosso vocabulário e nos fazer entender como e quando podemos utilizar cada variedade da língua.

O objetivo desta pesquisa é compreender a variação linguística e estudar seu tratamento na Base Nacional Comum Curricular (doravante, BNCC) do ensino fundamental. Desdobramos esse objetivo geral em: 1) Compreender o conceito de variação linguística; 2) Estudar como a variação linguística é tratada nos documentos oficiais para ensino escolar da Língua Portuguesa; e 3) Analisar como a BNCC, enquanto proposta de currículo e referência obrigatória no ensino escolar, aborda a variação linguística no contexto do Ensino Fundamental.

---

<sup>1</sup> Nesse sentido, de acordo com Dionísio e Marcushi (2007), “(...) a grande variação presenciada na oralidade não se verifica com a mesma intensidade na escrita, dado que a escrita tem normas e padrões ditados pelas academias. Possui normas ortográficas rígidas e algumas regras de textualização que diferem na relação com a fala” (DIONÍSIO e MARCUSCHI, 2007, p. 15).

É nesse contexto que o presente trabalho se propõe a conhecer melhor a variação linguística da Língua Portuguesa, se fundamentando em uma abordagem teórica de estudos já realizados sobre o tema por autores como Bagno (2003), Beline (2012), Bortoni-Ricardo (2004) e Faraco (2011), além de estudar o tratamento da variação pelos documentos oficiais, Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs e Orientações Curriculares para o Ensino Médio – OCEM, que regem, orientam e embasam o ensino da Língua Portuguesa em nosso país. Perpassaremos pelos parâmetros e orientações curriculares e daremos um enfoque sobre esse tema da variação linguística, de grande importância dentro do ensino, com a análise da Base Nacional Comum Curricular para Ensino Fundamental.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção apresenta-se o aporte teórico de embasamento para a escrita deste trabalho. A partir dos próximos tópicos poderemos acompanhar a visão teórica de alguns autores sobre o tema Variação Linguística e a relação existente entre esse conceito e o entendimento de seu papel nos documentos oficiais em relação ao ensino da Língua Portuguesa que antecederam a BNCC.

### 2.1 A Variação Linguística

Partindo do princípio de que a língua é influenciada por fatores externos, como a cultura a que somos expostos, a situação socioeconômica em que vivemos, os regionalismos presentes na linguagem falada em nosso círculo de convivência, poderíamos considerar que a língua é, então, variável. Nesse sentido, os falantes se posicionam, isto é, tomam atitudes, conforme destaca Beline (2012, p. 129) “Não temos atitudes apenas diante da língua falada em lugares diferentes, também nos posicionamos diante de modos de falar correlacionados a fatores sociais, tais como escolaridade e nível econômico”.

Esse posicionamento em relação à fala dos outros pode não ser percebido quando em um contexto de pessoas da mesma região, por exemplo, ou que façam parte de uma mesma rede de relacionamentos. Logo, quando nos relacionamos constantemente com um mesmo grupo, dificilmente percebemos as diferenças linguísticas existentes porque estamos imersos na língua daquele grupo. Para Bortoni-Ricardo (2004, p. 49):

[...] cada um de nós adota comportamentos muito semelhantes ao das pessoas com quem convivemos em nossa rede social. Por isso sabemos que a rede social de um indivíduo, constituída pelas pessoas com quem este indivíduo interage nos diversos domínios sociais, também é um fator determinante das características de seu repertório sociolinguístico.

O imaginário social vai além do posicionamento de alguns indivíduos sobre a variação linguística e de acordo com Faraco (2011, p. 264):

A variação social, porém, mexe (e mexe fundo) com o coração dos falantes; ou, como dizem outros, fere os ouvidos. Isso porque o imaginário social predominante nos seguimentos melhor situados economicamente, mais

bem escolarizados, mais letrados, identifica a variação linguística (o modo próprio de falar) dos segmentos econômica e socialmente despossuídos como um sinal de ignorância, de inferioridade, de falta de educação e cultura.

Em contraponto aos posicionamentos e ao imaginário social, temos a Língua Portuguesa e convivemos com o fato de que em todo o país falamos a mesma língua, de formas diferentes, é bem verdade, mas falamos uma língua<sup>2</sup>. Conforme Beline (2012, p. 121):

Em sentido bastante amplo, podemos de início pensar nas diferentes línguas que existem no mundo. Falamos português no Brasil. Praticamente em qualquer região de fronteira em que estejamos em nosso país, sabemos que do outro lado falam outra língua – o espanhol. Sabemos também que dentro de nosso país ainda há indígenas que se comunicam, quando estão em suas aldeias, em suas línguas, e não em português.

Essa variação da língua falada nos levaria a compreender a língua como heterogênea, afinal ela nunca é falada de modo idêntico nos diferentes lugares do mundo, e sofre variação de acordo com muitos outros fatores ou atributos que são característicos de cada falante da língua. Bortoni-Ricardo (2004, p. 49) destaca que além dos atributos de cada falante, que são estruturais: “[...] a variação linguística depende de fatores socioestruturais e de fatores sociofuncionais. [...] Então, na prática, os fatores estruturais se inter-relacionam com os fatores funcionais na conformação dos repertórios sociolinguísticos dos falantes”.

A variação da língua desses falantes também depende de fatores como o meio social em que se inserem e as redes de relações sociais a que têm acesso. Outros fatores também interferem na relação entre a língua e o falante como, por exemplo, sexo e gênero, faixa etária, status socioeconômico, posição ocupada no mercado de trabalho, nível de escolaridade. Esses fatores, exteriores à língua, podem se tornar linguístico-estruturais para a língua do falante e em um contexto social tornam a língua heterogênea.

Entretanto, a suposta heterogeneidade social que provoca a variação da Língua Portuguesa, objeto deste estudo, esbarra na norma culta da língua, pois a

---

<sup>2</sup> Segundo Bagno (2007), (...) a verdade é que no Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, não só por causa da grande extensão territorial do país — que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito —, mas principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo o mundo. (BAGNO, 2007, p. 16-17).

norma propõe o ensino escolar de uma língua culta e sem variações linguísticas estruturais, intencionando homogeneizar o ensino e a aprendizagem de apenas uma variedade linguística, que seria a própria norma culta. Sobre a norma culta, Faraco (2011, p. 259) destaca:

O conceito de norma foi criado basicamente para dar conta da variação linguística, ou seja, para acomodar no modelo saussuriano de língua e fala uma terceira camada teórica capaz de captar a diversidade intralinguística, sem abandonar a ideia da existência de um grande sistema que autoriza os diferentes usos coletivos, ou seja, os usos normais das diversas comunidades que, não obstante às diferenças, se identificam como falantes de uma mesma língua.

O conceito nos permite depreender que a norma culta da Língua Portuguesa é a norma empregada como conceito no ensino das escolas e que é tida como regente do bom ensino, principalmente pelos conservadores. A norma culta funcionaria então, como um sistema de saberes pré-estabelecidos, sendo repleta de preconceitos linguísticos e por esse motivo trata a língua de ensino nas escolas com homogeneidade e desconsidera a variação linguística dos falantes no aprendizado. De acordo com Bagno (2003, p. 43, grifos do autor) a norma culta “na verdade, trata-se muito mais de um *preconceito* do que de um *conceito* propriamente dito”.

Assim, a discussão no entorno da norma culta trata essa variedade com uma única via que não considera as demais variedades linguísticas existentes na Língua Portuguesa para fins de ensino, há um esforço de apagamento, inclusive, em alguns discursos sobre a língua na mídia. Em contrapartida a isso, linguistas e especialistas da sociolinguística buscam a transformação em consenso ao ensino. Sendo a norma culta a variedade da língua ensinada na escola, logo, não há homogeneização, então essa transformação seria a partir do respeito e da consideração à variação linguística de cada pessoa, que deve ser mantida, mesmo que o falante passe a adquirir o conhecimento da norma culta. Contudo, esta transformação acaba sempre encontrando a resistência de ideias e ideais conservadores. Bem como diz Faraco (2011, p. 262), “[...] aceitamos a hierarquização social das normas como ela está dada e defendemos o ensino da norma culta como um bem sociocultural inestimável e inquestionável”.

Nessa perspectiva, as barreiras conservadoras, como a hierarquização social das normas, a resistência, a norma culta tida como um bem, que impedem a expressão de novas ideias e conceitos que possam gerar uma nova fase para o ensino e a aprendizagem da língua, devem aceitar a variação linguística como parte



desse novo cenário no qual a variedade culta da língua é considerada bem inestimável sem que, com isso, as demais variedades sejam apagadas. Nesse contexto, podemos entender que se não questionamos o estabelecimento de uma norma culta padrão, então a aceitamos e seguimos com uma atitude preconceituosa segundo a qual, conforme Bagno (2003, p. 43, grifo do autor) “[...] existe uma única maneira “certa” de falar a língua, e que seria aquele conjunto de regras e preceitos que aparece estampado nos livros chamados *gramáticas*”.

A variação linguística de uma sociedade perpassa pelo preconceito existente entre o falar e o saber falar, de acordo com a norma culta, considerado por muitos como o saber das normas e regras da língua<sup>3</sup>. Quando um falante se expressa sem aplicar as regras linguísticas normalmente sofre o preconceito daqueles que acham que se expressam melhor pelo fato de terem o conhecimento linguístico das normas e regras, mas que em grande parte nem mesmo as sabem aplicar. Muitas vezes o preconceito linguístico é disseminado sem ao menos o opressor se dar conta, pois ainda não temos uma exata consciência de que esse preconceito é como qualquer outro seja de raça, cor, gênero e também deveria ser socialmente inaceitável.

Devemos entender que a relação existente entre o falante e sua língua é complexa, não é uma questão de uso, a “língua é o próprio falante” (BAGNO, 2003). Em relação a esse preconceito linguístico Bagno (2003, p. 17, grifos do autor) destaca que:

[...] – em boa medida, *nós somos a língua que falamos*, e acusar alguém de não saber falar a sua própria língua materna é tão absurdo quanto acusar essa pessoa de não saber “usar” corretamente a visão (isto é, afirmar o absurdo de que alguém é capaz de enxergar, mas não é capaz de ver) [...]. Nós somos muito mais do que meros “usuários” da língua: a noção de “usuário” faz pensar em algo que está fora de nós, uma espécie de ferramenta que a gente pode retirar de uma caixa, usar e depois devolver à caixa. Nossa relação com a linguagem é muito mais profunda e complexa do que um simples “uso” – até porque essa relação se faz com a própria linguagem! Aliás, a própria palavra “relação”, aqui, não dá conta dessa complexidade.

---

<sup>3</sup> Segundo Possenti (2012), as regras de uma gramática podem ser: 1) Normativas: expressam uma obrigação e uma avaliação de certo ou errado. 2) Descritivas: organizam observações sobre fatos, sem qualquer conotação valorativa. 3) Internalizadas: expressam, sem qualquer conotação valorativa, aspectos dos conhecimentos linguísticos dos falantes que têm propriedades sistêmicas (POSSENTI, 2012, p. 73-74).

Levando em conta esta discussão e “confusão” entre a língua e a gramática como geradores de preconceito linguístico, vale destacar que a gramática<sup>4</sup> é o conjunto de regras que orientam a forma considerada “correta” de utilização e emprego da norma culta, escrita e falada. Em contrapartida, a língua é a nossa forma de comunicação, é um conjunto de signos e códigos verbais que caracterizam nossa fala e é capaz de englobar todo o sistema linguístico e, por essa razão, é variável e nunca falada de uma mesma forma, seguindo sempre um mesmo padrão.

Sendo assim, o caminho da variação linguística vai além dessa certeza relacionada ao emprego ou hierarquização de uma norma culta como forma de ensino e de base sociocultural da língua. Para Faraco (2011, p. 266 - 267):

[...] a variedade culta não é homogênea (ela varia de lugar para lugar – conhece, portanto, variação regional); difere de registro a registro; difere da fala para a escrita e, por fim, a variedade culta – como qualquer manifestação linguística – muda com o passar do tempo.

Podemos pensar então que a norma culta, como uma variedade linguística, pode ser utilizada em consonância às variedades linguísticas existentes, pois se é também variável pode ser flexibilizada para receber a variação linguística não padrão como parte integrante de uma mesma norma. Então o ensino da norma culta, considerando a variação linguística, poderá proporcionar um maior aporte de conhecimento e um crescimento ao vocabulário linguístico do aluno. Nesse raciocínio, Faraco (2011, p. 261) explica que “[...] o ensino da norma culta não precisa ter como meta a erradicação das variedades não padrão”.

O ensino da Língua Portuguesa que conhecemos, em que a norma culta deve ser a variedade linguística ensinada na escola, talvez devesse considerar e respeitar a existência das demais variedades linguísticas, bem como o trato de fatores socioculturais e estruturais inerentes a cada indivíduo como forma de aprimorar novos conhecimentos linguísticos e, também, desconstruir com o que conhecemos como preconceito linguístico que, nas palavras de Bagno (2003, p. 16, grifos do

---

<sup>4</sup> Gramáticas Normativas ou prescritivas: conjunto de regras *que devem ser seguidas*, adotada nas gramáticas pedagógicas ou nos livros didáticos. Gramáticas Descritivas: conjunto de regras *que são seguidas*, cuja preocupação é descrever e/ou explicar as línguas tais como elas são faladas. (POSSENTI, 2012, p. 64-65, grifos do autor). Gramáticas Internalizadas: conjunto de regras *que o falante domina*, refere-se a hipóteses sobre os conhecimentos que habilitam o falante a produzir frases ou sequências de palavras de maneira tal que essas frases e sequências são compreensíveis e reconhecidas como pertencendo a uma língua. (POSSENTI, 2012, p. 69, grifos do autor).

autor), “[...] o preconceito linguístico não existe. O que existe, de fato, é um profundo e estranhado *preconceito social*.”.

E como saber se esse preconceito social ainda poderá ser dizimado das esferas educacionais e sociais? O conhecimento sobre a variação linguística pode dizimar o preconceito social e linguístico estrutural. Quando sabemos e conhecemos um assunto, tendenciamos a nos conectar a ele. Tudo aquilo que não é de nosso conhecimento é capaz de nos causar estranhamento e por isso é tão importante que reconheçamos o preconceito existente em relação à linguagem e seus falantes. O preconceito linguístico nada mais é do que o pré-julgamento da linguagem falada por uma pessoa, mais uma ramificação de um preconceito social. E é este pré-julgamento que deve ser combatido e, principalmente, erradicado para que a língua possa ser claramente estudada com todas as suas variações e variedades, em toda sua heterogeneidade.

Dentro desse contexto é que pretendemos abordar, no próximo tópico, a variação linguística, como ela é tratada e de que forma os documentos oficiais relacionam essa variação linguística dentro do ensino.

## **2.2 O papel dos documentos oficiais em relação à variação linguística no contexto do ensino da Língua Portuguesa**

Como proposta para que o ensino base seja igualitário e alcance a todos de forma comum, foram criados parâmetros e diretrizes para o ensino no Brasil. Esses parâmetros e diretrizes são normas que visam orientar os currículos de ensino nas escolas, como forma de nortear os planejamentos curriculares com metas, objetivos e referências para a aplicação de competências e habilidades dentro do ensino e aprendizagem. As orientações são dispostas de forma global e específica, tratando cada currículo de ensino de forma individual.

Os primeiros documentos norteadores do ensino comum a todos são os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN que surgem, primeiro em 1997, para o Ensino Fundamental; em 2000 são criados os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e, em 2002, com orientações complementares, os Parâmetros Curriculares Nacionais + também para o Ensino Médio, objetivando nortear a forma como o ensino deve ser guiado e aplicado dentro das escolas. Em 2006, foram criadas as Orientações Curriculares para o Ensino Médio – OCEM, voltadas a

orientar como trabalhar na escola com as linguagens, os códigos e suas tecnologias. Já em 2017, quase 20 anos após a criação dos PCNs, foi homologada a BNCC – Base Nacional Comum Curricular para Ensino Fundamental e logo, em 2018, a BNCC para o Ensino Médio. Esses documentos são mais abrangentes e são constituídos de etapas, com habilidades e competências, que orientam as escolas e seus educadores para o ensino em sala de aula.

Esses documentos oficiais norteiam o ensino para escolas públicas e privadas de todo o país. E como se comportam em relação ao ensino da Língua Portuguesa, com especial atenção para a questão da variação linguística?

A variação linguística, dada sua presença na relação entre língua e sociedade, normalmente aparece no contexto do ensino em sala de aula. Diante desse fato, podem ocorrer estranhamentos linguísticos, dada a atitude pejorativa no que se refere à variação linguística, como já mencionamos, pode sofrer preconceitos e ser vista ou entendida como uma maneira errada de o falante se expressar. Essas disparidades já são abordadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais para Ensino Fundamental, onde tem-se que:

A Língua Portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas. (BRASIL, 1997, p. 26).

Com base nesse fragmento entende-se que o preconceito e a discriminação linguística já vêm sendo combatidos desde a criação deste primeiro documento, pois é possível notar que a variação linguística já passa a ser considerada nesses parâmetros, apesar de os PCN (2000) não destacarem especificamente a expressão “variação linguística”, como parte importante no combate aos mitos existentes sobre o modo de fala da língua, destacando que:

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar — a que se parece com a escrita — e o de que a escrita é o espelho da fala — e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. (BRASIL, 1997, p. 26).

Como podemos notar, a escola, por meio da educação, deve ser um dos agentes inibidores do preconceito existente com as diferentes formas de falar e que, a partir da desconstrução do preconceito linguístico, possa demonstrar que é necessário que haja o respeito à variação linguística. O entendimento de que escrever corretamente é um aprendizado e a aceitação de que a fala não é oriunda da escrita e sim uma construção que se vale do conhecimento linguístico, é também um dos paradigmas a ser quebrados pelo ensino. E esses conceitos se seguem por novos parâmetros, já nos anos 2000, quando surgem os PCNs para o ensino médio nos quais a discussão sobre a linguagem verbal também é importante:

O processo de ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa, no Ensino Médio, deve pressupor uma visão sobre o que é linguagem verbal. Ela se caracteriza como construção humana e histórica de um sistema lingüístico e comunicativo em determinados contextos. Assim, na gênese da linguagem verbal estão presentes o homem, seus sistemas simbólicos e comunicativos, em um mundo sócio-cultural. (BRASIL, 2000, p. 18).

Apesar de haver, na citação acima, uma característica mais voltada à importância da linguagem como ela é e como foi construída, nos retorna exatamente à variação linguística existente dentro da Língua Portuguesa. Nos parâmetros para o ensino médio a experiência humana com a linguagem e com a variação linguística aparece como uma construção comunicativa que varia e não é uniforme, e que deve haver espaço para essa construção identitária social, a saber:

A linguagem verbal representa a experiência do ser humano na vida social, sendo que essa não é uniforme. A linguagem é constructo e construtora social e gera a sociabilidade. Os sentidos e significados gerados na interação social produzem uma linguagem que, apesar de utilizar uma mesma língua, varia na produção e na interpretação. [...] Dar espaço para a representação social e cultural é um grande passo para a sistematização da identidade de grupos que sofrem processos de deslegitimação social. Aprender a conviver com as diferenças, reconhecê-las como legítimas e saber defendê-las em espaço público fará com que o aluno reconstrua a auto-estima. (BRASIL, 2000, p. 20).

Sendo a fala uma experiência linguística, podemos considerar também que seja uma construção de comunicação e a comunicação é a base para as experiências sociais que produzimos. Essas experiências, que podemos chamar de sociabilidade, estimulam novas produções linguísticas que, por sua vez, dão aporte às novas variações de produção linguística e identidade baseadas na convivência social e cultural a que os falantes são expostos. E nesse processo de construção a

escola aparece como instituição de base para a transformação e valorização das variações linguísticas.

Podemos perceber a preocupação dos documentos em citar a não homogeneidade da língua e afirmar sua variação dando espaço para a inferência do tema, sua compreensão e aceitação. Nos PCN+ para ensino médio notamos a preocupação em considerar alguns fatores externos à língua para o fenômeno da variedade linguística, bem como a importância da escola como agente valorizador da variação linguística no âmbito sócio-escolar:

Alternativamente, do ponto de vista da abordagem gramatical descritiva, pode-se considerar que em nosso país convive uma enorme variedade linguística, determinada por regiões, idades, lugares sociais, entre outros. Assim, as noções de certo ou errado, tão típicas da abordagem normativa ou prescritiva, cederiam espaço para as noções de adequação ou inadequação em virtude das situações comunicativas de que o falante participa. É papel da escola lidar de forma produtiva com a variedade linguística de sua clientela, sem perder de vista a valorização da variante linguística que cada aluno traz consigo para a escola e a importância de se oferecer a esse aluno o acesso à norma padrão – aquela que é prestigiada quando se testam suas habilidades para ingressar no mundo do trabalho, por exemplo. (BRASIL, 2002, p. 82).

Dentro desse contexto, os PNC+ citam, em seus procedimentos, a importância da variação linguística tanto no âmbito social quanto no âmbito escolar, como podemos ver abaixo:

Entre os procedimentos relativos ao desenvolvimento da competência gramatical, convém ressaltar aqueles que dizem respeito à variação linguística, profundamente relacionados também à competência interativa:

- “(...) • a partir da observação da variação linguística, compreender os valores sociais nela implicados e, conseqüentemente, o preconceito contra os falares populares em oposição às formas dos grupos socialmente favorecidos;
- aplicar os conhecimentos relativos à variação linguística e às diferenças entre oralidade e escrita na produção de textos;(...)”. (BRASIL, 2002, p. 82).

A partir da citação é possível inferir que a língua varia, que há preconceito linguístico, que existem diferenças a serem consideradas entre escrita e oralidade e que é necessário que sejam aplicados em sala de aula os conhecimentos sobre variação linguística. Nessa mesma linha de raciocínio, aparecem as OCEM trazendo novos caminhos de configuração do ensino da língua, da identidade da língua e como podemos entender “[...] a importância de compreender as dificuldades vivenciadas pelos alunos no processo de aprendizagem à luz dos fatores envolvidos

na variação linguística [...] [como] classe social, espaço regional, faixa etária, gênero sexual". (BRASIL, 2006, p. 19-20).

O processo de aprendizagem então passa também por processos sociais em que a variação linguística existe e, portanto, deve ser legitimada dentro do ensino para que os alunos possam entender e inferir a ideia de diferença que existe no uso da língua. Desse ponto de vista, as OCEM afirmam que:

[...]considerar a variação e a mudança lingüísticas<sup>5</sup> como fatos intrínsecos aos processos sociais de uso da língua deveria contribuir para que a escola entendesse as dificuldades dos alunos e pudesse atuar mais pontualmente para que eles viessem a compreender quando e onde determinados usos têm ou não legitimidade e pudessem, tendo alcançado essa consciência social e lingüística, atuar de forma também mais consciente nas interações de que participassem, fossem elas vinculadas às práticas orais ou às práticas escritas de interação. (BRASIL, 2006, p. 20).

Conforme exposto, a variação linguística perpassa pelos documentos apresentados, apesar de não ser citada explicitamente em todos esses documentos, e tem também como aporte a proposta de currículo apresentada pela Base Nacional Comum Curricular, que receberá o foco nesse trabalho à frente, que se apresenta como referência obrigatória norteadora do ensino. Esse documento trata também da essencialidade de conhecimento e reconhecimento da variação linguística na aprendizagem.

Como podemos perceber, a questão do respeito à variação linguística foi sendo inserida nos documentos de ensino com o passar do tempo e, de acordo com os novos conhecimentos e novas perspectivas para o ensino da Língua Portuguesa, ganhando um espaço importante dentro da estrutura que visa embasar o ensino escolar. De forma que essas novas perspectivas consideram a variação linguística, no contexto de uma discussão sobre a heterogeneidade da língua, dentro do ensino como maneira de evitar o preconceito lingüístico, identitário e social respeitando toda e qualquer forma de expressão lingüística.

---

<sup>5</sup> A mudança lingüística é o processo de transformação sofrido, em geral, pela língua de todos os povos, não de maneira absoluta, mas de acordo com a heterogeneidade e a variedade de fala de cada grupo social levando em consideração a variação lingüística existente em conformidade com a época e condições em que cada grupo vive. (BAGNO, 2017).

### 3 METODOLOGIA

Nesta seção serão apresentadas as etapas com os métodos e técnicas de estudo a serem utilizados para que o trabalho seja desenvolvido. A metodologia se apresenta como o caminho percorrido para que a pesquisa possa ser desenvolvida de maneira minuciosa, rigorosa e com exatidão de detalhes aportados em bases éticas de pesquisa.

#### 3.1 Métodos de Pesquisa

A pesquisa versará sobre o tratamento que é dado pela BNCC – Base Nacional Comum Curricular – para a variação linguística. Para que isso fosse possível, foi necessário aplicar métodos de estudo e pesquisa indispensáveis para a sua condução.

Foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório entendida, segundo Gil (2007, p. 41 *apud* GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 37), como um “tipo de pesquisa [cujo] objetivo [é] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

Para que fosse possível, então, essa familiaridade com o problema de pesquisa, foi utilizada a abordagem qualitativa, que é, segundo Zanella (2011, p. 35) “[...] o tipo de análise que tem por base conhecimentos teórico-empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade”.

Dessa forma, como procedimento de pesquisa, foi feito um estudo de caso sobre os documentos oficiais de ensino, dando ênfase à BNCC, e obras que versam sobre o tema variação linguística. Para Zanella (2011, p. 38) um estudo de caso é o “estudo exaustivo de um ou poucos objetos de pesquisa, de maneira a permitir o aprofundamento do seu conhecimento”.

Os dados aqui apresentados foram pesquisados e estudados consultando algumas obras que tratam sobre a variação linguística além dos documentos oficiais, PCNs, OCEM e o aprofundamento desses dados foi apurado com o estudo de tratamento da variação linguística pela BNCC para o Ensino Fundamental. As fontes documentais exploradas versam sobre a variação linguística, seu estudo e sua aplicação dentro do ensino escolar.



O trabalho então se concentrou na pesquisa e análise de dados sobre a variação linguística na perspectiva da BNCC para o Ensino Fundamental no que concerne à análise linguística e semiótica abordada nas competências e habilidades que esse documento traz, como forma de orientar o ensino da língua portuguesa, tendo a variação linguística como um objeto dentro do eixo de conhecimentos linguísticos.

Este Trabalho de Conclusão de Curso para o Curso de Letras é apresentado com uma base científica propondo o estudo e a pesquisa, de forma ética, do tema a ser analisado, a variação linguística.

### **3.2 Metodologia de Análise**

A análise de dados será baseada nos resultados encontrados em pesquisa realizada abordando a BNCC para o Ensino Fundamental e dentro de seu contexto versará sobre a variação linguística como fenômeno que pode influenciar reflexões e mudanças dentro do sistema linguístico da Língua Portuguesa. Ao passo disso, os conceitos encontrados serão cotejados com as abordagens científicas que já estudam o tema variação linguística. O cotejo do enunciado será realizado para que possamos investigar, entender e aprofundar os pontos de vista já estudados sobre esse assunto.

Para Geraldi (2012, p. 27-28):

Quem estuda a linguagem não está interessado nos “recortes” dos discursos, mas no enunciado completo, total, para cotejá-lo com outros enunciados fazendo emergirem mais vozes para uma penetração mais profunda no discurso, sem silenciar a voz que fala em benefício de um já dito que se repete constantemente.

Esse cotejamento do documento estudado em conjunto com as demais obras pesquisadas é uma reflexão necessária para que possa ser realizada uma abrangência maior de conteúdo dentro do contexto estudado. Tendo em vista que a BNCC para o Ensino Fundamental é um documento extenso e de muito conteúdo, fatores que nos levam a realizar uma pesquisa abrangente, objetiva-se então abordar também outros contextos relacionados, utilizando o estudo em um livro didático coerente com a BNCC e realizar o cotejamento do assunto entre os títulos estudados.

Para que a pesquisa possa compreender várias vozes e também possa aprofundar o estudo em seu objeto principal de pesquisa, é preciso que o cotejamento seja realizado, pois, “Ao ir cotejando os textos com outros textos vai elaborando conceitos ou reutilizando conceitos produzidos em outros estudos (até mesmo de outros campos) com que se aprofunda a penetração na obra em estudo.” (GERALDI, 2012, p. 33).

Por fim, podemos compreender o cotejamento de textos como um passo crucial para a realização de um estudo abrangente, profundo e que oportuniza a produção de novos conceitos e a descoberta de novas interpretações do objeto de pesquisa.

#### 4 UM CONTEXTO SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A Base Nacional Comum Curricular é um documento que foi elaborado visando melhorar o ensino escolar com propostas de uma educação integral no sentido de inclusão, formação e desenvolvimento educacional, social e humano. Como guia para a elaboração ou o aperfeiçoamento dos currículos e propostas pedagógicas “o documento objetiva contribuir com a melhora na qualidade da aprendizagem desde a base até a etapa final da educação básica do país e foi elaborado por especialistas de todas as áreas do conhecimento”. (BRASIL, 2018, p. 5). Com o apoio de movimentos educacionais, instituições não-governamentais e com base em “marcos legais como a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, o Conselho Nacional de Educação – CNE, as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN e o Plano Nacional de Educação – PNE” (BRASIL, 2018), o documento foi implantado em sua versão final no ano de 2018.

O documento abrange todas as etapas de ensino de forma completa e contemporânea, visando auxiliar na garantia da abrangência de todas as aprendizagens essenciais dos estudantes a partir de suas competências e habilidades. A partir da promulgação então, todos os níveis educacionais básicos passaram a ser abrangidos pelo conjunto de orientações que visa nortear e colaborar com a construção e o aperfeiçoamento das propostas e currículos educacionais no ambiente escolar.

A BNCC é um documento recente, mas que é pensado desde muito antes à sua criação e foi elaborado considerando as orientações para o ensino já existentes com foco em uma educação integral no sentido de “desenvolver nos estudantes habilidades cognitivas, sociais, emocionais, valores e atitudes a partir de competências pré-estabelecidas no próprio documento com vistas à formação humana e cidadã de cada estudante”. (BRASIL, 2018, p. 8). A proposta da BNCC é que o ensino torne os estudantes capazes de atuar com discernimento, responsabilidade, aplicando seus conhecimentos de forma proativa nas resoluções de problemas e na busca de soluções. A BNCC contempla uma mobilização de conhecimentos definidos por competências que devem ser relacionadas diretamente à didática de ensino e consideradas em cada etapa da formação básica.

“A estrutura da BNCC foca os seus fundamentos pedagógicos em dez competências gerais, definidas como preceitos para mobilizar e integralizar

conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que farão parte da vida dos estudantes”. (BRASIL, 2018, p.13). Essas competências aparecem já no início do documento em que são demonstrados os aspectos que devem se inter-relacionar para o desenvolvimento do ensino. Todos os aspectos citados nas dez competências gerais se relacionam a diversos campos de experiências de acordo com cada faixa etária e cada etapa de organização do documento através de códigos alfanuméricos específicos. Dessa forma, a BNCC orienta o planejamento e a ação curricular de forma a promover a igualdade, a diversidade e a equidade em todas as etapas do ensino.

Essas etapas que compreendem as competências em cada área do ensino se distribuem nas três fases da educação básica, ensinos Básico, Fundamental e Médio. Dentre as fases do ensino, o presente trabalho trata da análise específica do Ensino Fundamental, que a BNCC organiza em “cinco áreas de conhecimento que se comunicam com os componentes curriculares de ensino e suas competências específicas em uma articulação horizontal do desenvolvimento do ensino com foco em um conjunto de habilidades”. (BRASIL, 2018).

A BNCC para o Ensino Fundamental traz em seu item 4.1.1 de Língua Portuguesa a sua concepção de linguagem relacionando-a a concepções de linguagem já enunciadas em documentos de ensino anteriores tratando o texto como “[...] a unidade de trabalho para atividades de leitura, escuta, oralidade e produção textual que são os eixos das práticas de linguagem”. (BRASIL, 2018, p. 67). E é dentro desses eixos que encontramos a variação linguística sendo tratada pela BNCC como fator inerente a qualquer sistema linguístico e que possui valor social e sofre preconceito linguístico. O preconceito com a variação linguística se dá de inúmeras formas, mas no contexto escolar é normalmente mais visível, pois cada aluno traz consigo características linguísticas inerentes ao meio social em que está inserido antes de atingir a idade escolar. O preconceito linguístico também é tratado nas competências gerais da BNCC, em que se explicita a necessidade de combate a preconceitos de toda a ordem com respeito às diferenças e diversidades inerentes a cada pessoa.

Passamos ao tema de estudo variação linguística e a seu tratamento na BNCC do ensino fundamental.

#### 4.1 O tratamento da variação linguística pela BNCC para o Ensino Fundamental

É durante o ensino fundamental que o aluno aprende a ler, escrever, compreender e interpretar todo e qualquer tipo de sistema linguístico. Essa aprendizagem se dá através da comunicação e se realiza, primeiramente, a partir da relação do aluno com a língua, entendida segundo Bagno (2003, p. 17) como “[...] parte constitutiva da identidade individual e social de cada ser humano [...]”. Logo, o vocabulário será expandido de acordo com as aprendizagens linguísticas da norma, que Faraco (2011, p.260) transpõe como uma compilação dos modos sociais de fala a partir de regras estabelecidas para se definir o modo correto de falar, a ser aplicada no contexto do ensino em sala de aula.

É dessa forma, conciliando sua variação linguística com a norma culta aplicada no ensino escolar que o aluno será capaz de agregar mais conhecimento. Sendo assim, é na prática que aprendemos a interpretar uma série de signos linguísticos que nos são ensinados durante a vida escolar e teremos a capacidade de produzir e inserir essas aprendizagens em nosso sistema de comunicação. Essa inserção de aprendizagens, à medida que o estudante tem acesso ao ensino escolar, precisa ser pensada de modo gradual, pois o estudante estará sendo apresentado a uma nova variedade linguística, que é a norma culta ou padrão, e é só através da prática de atividades que se tornará capaz de aplicar os novos conhecimentos em seu vocabulário.

Para a BNCC, em seu eixo de análise linguística/semiótica, essa prática se dá a partir do envolvimento de procedimentos e estratégias cognitivas de análise e avaliação consciente, durante processos de leitura e produção textual e materialidade dos textos, seja no sentido de gêneros, seja no sentido de estilo do texto. (BRASIL, 2018, p. 80). Fica clara nesse eixo a preocupação com a introdução de práticas que trabalhem com a leitura e produção textual em um sentido de despertar cognitivamente o aluno a avaliar e compreender de forma consciente aspectos e elementos relativos aos textos, os quais são vistos como recursos de aprendizagem.

Ainda no mesmo eixo é possível depreender que, na prática com textos a oralidade e a escrita são organizadas a partir do gênero utilizado, trabalhando assim, a coesão, coerência e organização como formas de composição textual, além de elementos paralinguísticos e cinésicos, léxico, variedade linguística, sintaxe e

morfologia de acordo com o estilo textual. Já para trabalhar textos multissemióticos, a BNCC propõe a prática com linguagens integrantes do texto e suas características de montagem e a sincronização com outras linguagens. (BRASIL, 2018, p. 80-81). O eixo de análise linguística/semiótica transparece a importância da textualidade para o ensino e a aprendizagem, traz o texto como um recurso importante no que tange à análise dos elementos componentes da linguagem e da aplicação desses elementos na produção da própria linguagem.

É com essa mesma prática dentro do sistema linguístico que nos deparamos com as diferenças de linguagem, às vezes faladas às vezes escritas, que reportam a variação linguística. Essas diferenças remetem aos vários fatores de influência nas línguas, normalmente geográficos, históricos ou sociais. Isso quer dizer que um mesmo objeto, por exemplo, pode ser chamado por vários nomes a depender da localização do falante, do período em que está vivendo e da influência social que sofre.

Em uma relação de variação diatópica/geográfica, um elemento pode ser chamado de diferentes formas a depender da localização geográfica do falante. Beline (2012, p. 121-122) exemplifica esse tipo de variação com o par de palavras “jerimum” e “abóbora”. Ambas as formas linguísticas representam o mesmo fruto, com as mesmas características, porém, seu nome é pronunciado de formas diferentes. Conforme o autor, “[...] fazer referência a um elemento do mundo por mais de um termo linguístico é apenas um dos casos que mostram que, de fato, as línguas variam”. (BELINE, 2012, p.122).

A variação linguística se dá também através do tempo, de forma diacrônica/histórica, pois uma pessoa mais experiente, que já viveu em outras épocas e uma pessoa mais jovem, que utiliza uma linguagem mais contemporânea, podem falar de um mesmo assunto, porém, utilizando expressões e palavras diferentes. Bagno (2017, p. 470) citando F. Tarallo (1986, p. 8) nos diz que “variantes linguísticas são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade”. Entendemos que a forma falada de como um assunto é mencionado vai depender de quem o irá mencionar, ou seja, uma pessoa idosa falará de um mesmo assunto de uma maneira e um adolescente falará de outra, é aí que percebemos a variação linguística.

Essa variação linguística também ocorre por fatores de influência do meio, ou seja, por influência do grupo social, em uma variação linguística diastrática, em que

o falante está inserido, considerando ainda uma série de outros fatores que são intrínsecos a cada pessoa envolvida no grupo social. Para Bortoni-Ricardo (2004, p. 49), “[...] cada um de nós adota comportamentos muito semelhantes ao das pessoas com quem convivemos em nossa rede social”. Além disso, a autora destaca que a rede social de um indivíduo determina sua conduta e seu repertório sociolinguístico. Dentro desse contexto, podemos entender a influência da variação linguística: sua representação dentro dos sistemas linguísticos e de que forma pode ser entendida nas práticas de linguagem também como parte dos signos linguísticos. Dentro do eixo de análise linguística e semiótica, a BNCC traz uma pequena análise de como a variação linguística deve ser considerada nessa prática. Nesse contexto,

Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística<sup>6</sup> e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado. (BRASIL, 2018, p. 81).

Além de ser considerada pela BNCC no eixo de análise linguística e semiótica, a variação linguística é mencionada também como um campo de conhecimento linguístico, cujas habilidades são citadas de forma bastante detalhada e que nos levam a entender sua importância como campo de estudo e conhecimento. Abrindo um parêntese necessário para cotejar com outros documentos oficiais, a consideração da variação linguística como campo do conhecimento já era percebida, porém, não explícita, pelos documentos anteriores à BNCC.

Esses documentos tratavam a variação linguística como significação cultural no PCN para o ensino fundamental, interpretação de uma realidade vivenciada no PCN para o ensino médio, legitimidade simbólica e econômica de um grupo social nos PCN+, fazendo referência à importância da consideração das diversidades linguísticas e suas especificidades na OCEM. No entanto, o tratamento da variação linguística como campo de conhecimento, para contribuir com o ensino e a aprendizagem no âmbito escolar, só foi reconhecido pela BNCC. Percebemos, então, mesmo que não de forma tão explícita quanto demonstrada na BNCC, a variação linguística teve seu espaço reservado desde os PCNs (1997) passando

---

<sup>6</sup> Contextualização na página 23, nota de rodapé. (BAGNO, 2017).

pelos demais documentos norteadores do ensino lançados depois até ser considerada como campo de conhecimento.

Voltemos a tratar da linguagem oral. A BNCC deixa claro que a intenção do ensino é a adequação do discurso oral ao contexto em que será explanado, podemos considerar a utilização da norma para reger o ensino sem que o estudante deixe sua linguagem intrínseca. É possível entender que para a BNCC é importante que os estudantes tenham acesso a esse campo como forma de aprendizado das diferentes variedades da Língua Portuguesa e todas as suas nuances e variantes dentro do sistema linguístico, além de reconhecer a existência do preconceito linguístico, que deve ser combatido de forma crítica. E em relação ao campo de conhecimento linguístico considerando todos os aspectos relacionados à aprendizagem, a BNCC destaca no quadro a seguir, em suas páginas 82 e 83:



**Figura 1:** Quadro dos Campos de Conhecimentos Linguísticos da BNCC

<b>Fono-ortografia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer e analisar as relações regulares e irregulares entre fonemas e grafemas na escrita do português do Brasil.</li> <li>• Conhecer e analisar as possibilidades de estruturação da sílaba na escrita do português do Brasil.</li> </ul>
<b>Morfossintaxe</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer as classes de palavras abertas (substantivos, verbos, adjetivos e advérbios) e fechadas (artigos, numerais, preposições, conjunções, pronomes) e analisar suas funções sintático-semânticas nas orações e seu funcionamento (concordância, regência).</li> <li>• Perceber o funcionamento das flexões (número, gênero, tempo, pessoa etc.) de classes gramaticais em orações (concordância).</li> <li>• Correlacionar as classes de palavras com as funções sintáticas (sujeito, predicado, objeto, modificador etc.).</li> </ul>
<b>Sintaxe</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer e analisar as funções sintáticas (sujeito, predicado, objeto, modificador etc.).</li> <li>• Conhecer e analisar a organização sintática canônica das sentenças do português do Brasil e relacioná-la à organização de períodos compostos (por coordenação e subordinação).</li> <li>• Perceber a correlação entre os fenômenos de concordância, regência e retomada (progressão temática – anáfora, catáfora) e a organização sintática das sentenças do português do Brasil.</li> </ul>
<b>Semântica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer e perceber os efeitos de sentido nos textos decorrentes de fenômenos léxico-semânticos, tais como aumentativo/diminutivo; sinonímia/antonímia; polissemia ou homonímia; figuras de linguagem; modalizações epistêmicas, deônticas, apreciativas; modos e aspectos verbais.</li> </ul>
<b>Variação linguística</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer algumas das variedades linguísticas do português do Brasil e suas diferenças fonológicas, prosódicas, lexicais e sintáticas, avaliando seus efeitos semânticos.</li> <li>• Discutir, no fenômeno da variação linguística, variedades prestigiadas e estigmatizadas e o preconceito linguístico que as cerca, questionando suas bases de maneira crítica.</li> </ul>
<b>Elementos notacionais da escrita</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer as diferentes funções e perceber os efeitos de sentidos provocados nos textos pelo uso de sinais de pontuação (ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação, vírgula, ponto e vírgula, dois-pontos) e de pontuação e sinalização dos diálogos (dois-pontos, travessão, verbos de dizer).</li> <li>• Conhecer a acentuação gráfica e perceber suas relações com a prosódia.</li> <li>• Utilizar os conhecimentos sobre as regularidades e irregularidades ortográficas do português do Brasil na escrita de textos.</li> </ul>

Fonte: BRASIL, 2018, p 82-83.

Como podemos perceber, a BNCC se preocupa em trazer a variação linguística como campo de estudo dentro do ensino da Língua Portuguesa. O documento propõe habilidades a ser empregadas durante a aprendizagem da língua com ênfase clara aos efeitos semânticos produzidos pelas variações linguísticas, o que é estigmatizado ou prestigiado, e a questão do preconceito linguístico que, conforme já mencionado, é muito visível, tanto no contexto escolar quanto fora dele.

Ao verificar os campos de conhecimento linguístico entendemos os níveis de análise citados pela BNCC e é possível inferir a preocupação que o documento tem em definir habilidades bem específicas para cada um desses níveis ou campos linguísticos, mas que, ao mesmo tempo, se inter-relacionam para que o ensino seja realizado de forma integral e crescente. Essa inter-relação entre os campos de conhecimento, dada pelas habilidades, visa tornar o aluno capaz de se conectar ao aprendizado de forma integral, pois é a partir do desenvolvimento dessas habilidades que o aluno será capaz de assimilar as competências e desenvolver suas próprias capacidades.

Em um resumo do que dispõe a figura 1, podemos destacar que o campo ou nível fono-ortografia refere-se ao conhecimento e a análise mais voltados à relação entre fonemas e suas formas gráficas. A morfossintaxe foca no conhecimento, percepção e correlação das classes de palavras, suas flexões e funções sintáticas. A sintaxe volta-se para o conhecimento mais aprofundado da estruturação das sentenças a partir das palavras que as compõem e da relação de interligação existente entre seus componentes formadores. Para o campo da semântica, estabelece-se o estudo dos sentidos e significação das palavras, seus conjuntos e subconjuntos, ou seja, a interpretação das palavras. No campo da variação linguística, a BNCC estabelece o conhecimento e a discussão das diferentes formas de variedade linguística, o preconceito linguístico e os efeitos semânticos que essas tantas variedades podem causar no uso da linguagem. Por último, aparece o nível de elementos notacionais da escrita que trata do conhecimento e domínio das práticas de utilização de sinais de pontuação, acentuação gráfica e as regularidades e irregularidades da ortografia, buscando perceber os efeitos de sentido que esses recursos linguísticos podem causar na formação e interpretação de textos.

As habilidades citadas vão ao encontro das competências estabelecidas pela BNCC, especialmente a competência de número 4 que trata de “Compreender o

fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.” (BRASIL, 2018, p. 87). Essa competência nos remete a pensar que, o documento oficial de ensino orienta a compreender que a língua varia e que a variação pode e deve ser aceita, além de trabalhada dentro do estudo da Língua Portuguesa.

Percebe-se nessa competência novamente a ênfase feita nas habilidades, em que a questão da variação linguística deve ser considerada, em consonância ao ensino da variedade culta, e respeitada não deixando espaço ao preconceito linguístico. Nesse sentido, Bagno (2007, p. 47) salienta que: “Se tivermos de incentivar o uso de uma norma culta, não podemos fazê-lo de modo absoluto, fonte do preconceito. Temos de levar em consideração a presença de regras variáveis em todas as variedades, a culta inclusive”. Essas regras variáveis da língua mencionadas por Bagno (2007) vão ao encontro da ideia de Faraco (2011, p. 260) em “[...] que a norma culta é uma dentre várias normas [...] e que há distintas valorações sociais das diferentes normas [...]”. Inferimos então, a partir da ideia dos linguistas, que a variação linguística deve ser entendida como propõe a BNCC, como um campo de conhecimento linguístico.

A variação linguística é tratada também pela BNCC no eixo das práticas de linguagem como objeto de conhecimento – [...] conteúdos, conceitos e processos [...] (BRASIL, 2018, p. 22) – e que pode ser inserido como habilidade – [...] prática cognitiva e socioemocional [...] e que expressa as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares [...] (BRASIL, 2018, p. 22 e 29) – a depender do contexto em que for trabalhado. Isso porque, a variação linguística aparece em muitos contextos da aprendizagem, desde as formas como falamos antes da escolarização até o seu uso dentro do contexto escolar.

Quando lemos alguma obra, assistimos a alguma peça de teatro ou filme, a variação linguística está inserida no sotaque de quem fala a depender de sua região, em palavras usuais em um estado e que não são utilizadas em outros, entre outros inúmeros contextos. Dessa forma, podemos considerar que a variação linguística entra nos patamares, também através da cultura, de ensino se tornando parte integrante deste e o tornando heterogêneo, ou seja, os estudantes devem ter acesso a um ensino comum da norma culta considerando a heterogeneidade da língua falada e suas variações.

Esse ensino comum das variedades, de forma heterogênea, vem sendo previsto e orientado já nos documentos anteriores à BNCC. Cotejando a BNCC com os PCN (1997) há a orientação sobre como a escola deve se comportar frente a situações dialetais diversificadas, deixando de lado alguns mitos relacionados às diferentes formas de se falar a Língua Portuguesa:

[...] a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico. A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar. [...] É saber, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige. [...] falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido. (BRASIL, 1997, p. 26)

Relacionando-se a esse contexto das formas de ensino de fala e escrita da Língua Portuguesa o PCN (2000) enfatiza que “o desenvolvimento da competência linguística [...] não está pautado no domínio técnico de uso da língua legitimada pela norma padrão, mas, principalmente, no saber utilizar a língua [...]”. (BRASIL, 2000, p. 11). Entendemos que no escopo de “saber utilizar a língua” está inserida a questão da variação linguística, uma vez que o aluno saiba se portar conforme o que é pedido no ambiente de interação em que se insere. É possível perceber que a variação linguística vem sendo lembrada em alguns documentos oficiais e bastante considerada como parte do ensino e da aprendizagem, até mesmo como procedimento para o desenvolvimento de competências gramaticais. Como aparece no PCN+:

[...] a partir da observação da variação linguística, compreender os valores sociais nela implicados e, conseqüentemente, o preconceito contra os falares populares em oposição às formas dos grupos socialmente favorecidos; aplicar os conhecimentos relativos à variação linguística e às diferenças entre oralidade e escrita na produção de textos [...]. (BRASIL, 2002, p. 82).

Esses procedimentos aparecem no PCN (2002) ressaltando a apreciação da variação linguística e orientando a reflexão sobre a importância de observar as variações existentes na linguagem para além do ensino apenas da norma padrão. A promoção do desenvolvimento de atividades voltadas às práticas linguísticas considerando a variação é presente também nos eixos organizadores das atividades de Língua Portuguesa na OCEM:

Atividades de produção de textos (palestras, debates, seminários, teatro, etc.) em eventos da oralidade. Por meio desse tipo de expediente, pode-se não só contribuir para a construção e a ampliação de conhecimentos dos alunos sobre como agir nessas práticas, como também promover um ambiente profícuo à discussão e à superação de preconceitos lingüísticos e, sobretudo, à investigação sobre as relações entre os gêneros da oralidade e da escrita, sobre a variação lingüística, sobre níveis de formalidade no uso da língua, por exemplo. (BRASIL, 2006, p. 37).

Como é possível perceber, a variação lingüística vem sendo tratada pelos documentos oficiais de orientação para o ensino, primeiramente pelos PCNs com menor ênfase, depois pelas OCEM nas quais aparece inserida como parte das atividades de um de seus eixos e, logo, na BNCC que, conforme já mencionado, é apresentada como campo de conhecimento lingüístico e tratada também como objeto de conhecimento na inserção das habilidades que o documento contempla.

A variação lingüística proposta como campo de conhecimento pela BNCC aparece em atividades propostas por livros didáticos, respaldadas pelo Manual do Professor. Apresentamos abaixo, a partir do cotejo, um exemplo extraído de um livro didático para o 7º ano do ensino fundamental, cuja seção de Manual do Professor apresenta informações de que o livro foi elaborado em 2018, portanto, após a promulgação da BNCC para o Ensino Fundamental, que data do ano de 2017. Inclusive, a seção de Manual do Professor cita suas bases apoiadas nos códigos alfanuméricos presentes na BNCC. O exemplo traz um texto a ser aplicado e, posteriormente, atividades relacionadas a esse texto.

**Figura 2:** Texto do Livro Didático: Português – conexão e uso – Manual do Professor

### **Tia Hiena**

Tia Hiena estaria festejando cento e onze anos de idade, não tivesse morrido aos dois.

Passei a infância e adolescência ouvindo a família – mamãe, mais do que todos – lamentar o triste fim da menina, a mais nova dos quatro irmãos de seu marido nascidos na Itália.

Ao contar aos filhos a história de Hiena, mamãe não abria mão de mencionar o título da criança, *tia*. Um dia lhe perguntei:

— Por que ela se chamava Hiena, mãe?

A resposta não se fez esperar:

— *Ela*, não! Mais respeito, menina! *Titia* Hiena.

Eu perguntara por perguntar, o que eu queria mesmo era atazanar mamãe, fazendo-a repetir o que já estava farta de saber, tantas vezes a ouvira repetir o fato.

Minhas irmãs mais velhas tinham até procurado no dicionário referências sobre o animal que originara o nome de nossa tia.

Do pouco que sabíamos sobre a hiena – da característica pitoresca e simpática, a das gargalhadas sonoras e escancaradas – o verbete não tratava, dizia apenas: “... *Mamífero, carnívoro e digitigrado que se alimenta sobretudo de carne de animais mortos e putrefatos e que tem pelo cinza ou ruivo com manchas escuras...*”

Curiosa, Wanda, a mais velha de minhas irmãs, teve a pachorra de procurar no dito dicionário o significado de *digitigrado*. E lá estava: “... *que anda nas pontas dos dedos...*”

Imaginação fértil de criança, eu visualizava a hiena andando mansamente nas pontas de uns dedos longos, focinho levantado para o céu, bocarra escancarada, dentões à mostra, rindo a bandeiras despregadas. Chegava a me arrepiar.

Nos dias de hoje, o falado *chupa-cabra* que andou ocupando as manchetes dos jornais, animal misterioso que matava cabras e ovelhas, sugando-lhes o sangue, uma espécie de fantasma, bicho-papão de criadores de gado e pequenos lavradores, lobisomem que nunca ninguém viu e que assim como veio se foi, faz-me pensar na hiena.

Fonte: CARVALHO; DELMANTO (2018, p. 56)

A figura 2 apresenta um texto a ser aplicado em sala de aula como base para a realização de atividades como interpretação, compreensão e análise textual. O exemplo de texto nos remete diretamente ao eixo de análise linguística/semiótica, pois é possível inferir que o professor poderá trabalhar o texto de diversas formas desde sua análise até sua interpretação e compreensão, bem como realizar as atividades relacionadas aos elementos do campo de conhecimento das variações linguísticas.

Sobre o texto, no livro didático podemos observar a menção a três códigos presentes na BNCC, os quais não aparecem na figura, que referem-se a habilidades relacionadas a: **1)** leitura autônoma e compreensão textual (EF67LP28) apresentado na BNCC no eixo das práticas de linguagem no campo artístico literário de leitura (BRASIL, 2018, p. 168-169); **2)** reconhecimento de elementos identitários sociais e culturais no texto (EF69LP44), apresentado na BNCC no eixo das práticas de linguagem no campo da leitura (BRASIL, 2018, p. 156-157); e **3)** também relacionado à leitura em voz alta do texto proposto (EF69LP53) apresentado na BNCC no eixo das práticas de linguagem no campo artístico literário da oralidade

(BRASIL, 2018, p. 160-161). A partir dos códigos alfanuméricos é possível localizar na BNCC as habilidades que estão sendo trabalhadas durante as atividades ofertadas.

Abaixo cotejamos com esse texto os exercícios/atividades sobre a variação linguística referente ao texto:

**Figura 3:** Atividades sobre variação linguística - Livro Didático: Português – conexão e uso – Manual do Professor

**A língua não é sempre a mesma** ! Não escreva no livro!

### Variação histórica

1. Você já sabe que uma língua pode apresentar diversos tipos de variação. Releia este fragmento do texto para continuar esse estudo.
 

Curiosa, Wanda, a mais velha de minhas irmãs, teve a pachorra de procurar no dito dicionário o significado de digitígrado.

  - a) A palavra **pachorra** é pouco usada atualmente. Veja alguns sentidos que ela pode ter e anote no caderno o que mais se aproxima daquele com o qual essa palavra foi empregada no texto. **III**
    - I. Lentidão.
    - II. Falta de pressa.
    - III. Paciência.
  - b) Escolhendo a expressão **ter a pachorra**, ao referir-se à iniciativa da irmã mais velha, a autora revela algumas possíveis características da irmã. Quais seriam?  
Possibilidades: interessada, curiosa, paciente.
2. Tente explicar o sentido das expressões destacadas a seguir.
 

**Fragmento 1** Rindo muito, dando grandes gargalhadas.

[...] eu visualizava a hiena [...] rindo a bandeiras despregadas.

**Fragmento 2** De que ela se zangasse, reclamasse, protestasse.

[...] talvez com receio de que pela primeira vez ela estrilasse, saiu de casa [...]

**Fragmento 3** Descobrir, encontrar com esforço.

Desencavara para lhe dar um nome polêmico [...].

  - a) Você utiliza essas palavras no dia a dia? Conhece alguém que as utilize?  
Resposta pessoal.
  - b) Como você as escreveria utilizando uma linguagem parecida com a que você usa com seus amigos? Responda no caderno.  
Resposta pessoal. Espera-se que os alunos percebam, ainda que de modo intuitivo, a ocorrência da variação histórica e social ao reescrever as frases.

A escolha da linguagem em um texto de memórias literárias pode relacionar-se à época que está sendo revivida ou à faixa etária, à vivência e ao estilo do autor.

Unidade 2 63

Fonte: CARVALHO; DELMANTO (2018, p. 63).

Para as atividades elaboradas, apresentadas na figura 3, relacionadas ao texto, o livro faz menção ao código EF69LP56 que trata da habilidade do uso consciente e reflexivo das regras e normas da norma-padrão da língua, o qual é

apresentado na BNCC no eixo das práticas de linguagem para todos os campos de atuação através da análise linguística/semiótica (BRASIL, 2018, p.160-161).

A atividade apresentada no livro didático se intitula “A língua não é sempre a mesma” e trata da competência de número 4 da BNCC relacionada a compreender o fenômeno da variação linguística (BRASIL, 2018, p. 87). Conforme podemos perceber na figura 3, foram elaborados dois exercícios diferentes para tratar da questão da variação linguística. Ambos os exercícios estão fragmentados com o intuito de serem atividades de leitura, interpretação, compreensão e escrita que buscam despertar nos alunos as habilidades apresentadas no Manual do Professor baseado na BNCC.

O exercício número 1 solicita, primeiramente, a releitura de um fragmento do texto apresentado na figura 2 e, posteriormente, é fragmentado em duas questões – “a” e “b”. Em “a”, a questão é relacionada ao sentido produzido por uma expressão apresentada no texto, que na BNCC é tratado no eixo das práticas de linguagem no campo artístico-literário de leitura, cuja habilidade será a de análise de formas de composição e coesão, efeitos de sentido e léxico (BRASIL, 2018, p. 158-159). Em “b”, a questão se relaciona ao desenvolvimento do raciocínio para diferenciar ou comparar elementos do texto, que na BNCC aparece no eixo das práticas de linguagem no campo das práticas de estudo e pesquisa de leitura, como estratégia de leitura, apreciação e réplica, retornando à habilidade de ler e compreender (BRASIL, 2018, p. 168-169).

O exercício 2 foi dividido em cinco atividades, sendo três fragmentos numerados e duas questões, “a” e “b”. Os três fragmentos referem-se também ao sentido das palavras, dos quais, a BNCC trata no eixo das práticas de linguagem no campo artístico-literário de análise linguística e semiótica, cuja habilidade é analisar os efeitos de sentido decorrentes de palavras e expressões denotativas e conotativas (BRASIL, 2018, p. 160-161). Já nas duas últimas atividades do exercício 2, é possível perceber que, tanto em “a” quanto em “b”, as questões são voltadas para o tratamento dado às palavras trabalhadas nas atividades anteriores, o que nos remete a uma combinação das habilidades e dos campos de conhecimento em que a BNCC trata da compreensão do fenômeno da variação linguística, já apresentados.

Apesar de as atividades terem sido elaboradas no contexto da variação histórica da língua e isso estar bastante claro, é possível também identificar no texto



e nas atividades propostas os tipos de variação linguística com caráter geográfico e social, cuja explanação é feita também no Manual do Professor aqui mencionado. Inferimos o contexto geográfico, pois, ao ler o texto, sabe-se da origem italiana da família do pai e, portanto, já traz consigo elementos linguísticos intrínsecos de outra cultura, mas que se mudou para outro país e, portanto, poderá ter adquirido novos elementos relacionados às variações linguísticas. Contexto social devido às comparações possíveis dos adjetivos retirados do texto e utilizados na elaboração de uma atividade que trata do reescrever os fragmentos retirados do texto com as palavras que o aluno utiliza em seu cotidiano, as quais são, normalmente, oriundas da vivência social da comunidade em que se insere.

Fazendo essa análise da BNCC em cotejo com a abrangência da variação linguística dentro de uma atividade escolar, é possível afirmar que o livro didático vem adotando as orientações da BNCC na formulação de seu contexto, de suas explicações e na elaboração e aplicação de suas atividades para os alunos, bem como o Manual do Professor é elaborado com base também na BNCC, inclusive citando seus códigos e os elementos de competências e habilidades.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado no corpus de pesquisa BNCC foi possível averiguar com clareza o objeto de pesquisa, a variação linguística. Foi possível, também, atingir o objetivo da pesquisa que é a compreensão da variação linguística e o estudo de seu tratamento pela Base Nacional Comum Curricular do ensino fundamental. Para alcançarmos esse objetivo, foi necessária a análise dos documentos oficiais anteriores à BNCC e o apoio de um aporte teórico de estudos linguísticos já realizados a respeito da variação linguística. Esses elementos foram essenciais para a compreensão, o estudo e a análise da variação linguística.

Através da pesquisa realizada compreendemos a forma como a variação linguística vem sendo tratada e trabalhada pelo instrumento documental norteador e orientador, que é referência obrigatória como base para organização e aperfeiçoamento de currículos e planos de ensino no âmbito do ensino escolar. Apesar de toda a abordagem feita pela BNCC sobre a variação linguística, o estudo aponta algumas críticas relacionadas a aspectos linguísticos voltados à aceitação das variações linguísticas. Considerar a língua como heterogênea em detrimento da homogeneidade ainda imposta pela aplicação da norma culta padrão é um dos pontos levantados pela pesquisa, assim como o preconceito linguístico existente no âmbito escolar e fora dele, que deve ser erradicado do sistema linguístico da Língua Portuguesa. Esses foram elementos indispensáveis, diretamente relacionados ao objeto dessa pesquisa, e que auxiliaram na busca dos resultados obtidos.

O estudo, então, resultou na descoberta do tratamento da variação linguística como campo de conhecimento linguístico pela BNCC e que, como tal, é utilizado na elaboração dos livros didáticos e também como base para a elaboração do Manual do Professor. Sendo possível, assim, considerar que a variação linguística está sendo, cada vez mais, reconhecida dentro do sistema linguístico da Língua Portuguesa, já desde os documentos anteriores à BNCC. Contudo, fica evidenciada a sua importância, sendo apreciada como um campo de conhecimento, apenas e somente na BNCC, o que nos leva a consumir a importância desse objeto de estudo, a variação linguística, para o processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa.

## REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **A norma oculta** – Língua & Poder na Sociedade Brasileira. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico** – o que é, como se faz – 49ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

BAGNO, Marcos. **Dicionário crítico de sociolinguística**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BELINE, Ronald. **A variação linguística**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares para o ensino médio**. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília, 2006.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação e língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais – Ensino Médio**. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais + – Ensino Médio**. Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 2002.

CARVALHO, Laiz B. de; DELMANTO, Dileta. **Português – Conexão e Uso 7ª**. Manual do Professor. 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

DIONÍSIO, Angela Paiva; MARCUSCHI, Luis Antônio. **Fala e escrita**. 1. ed., 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FARACO, Carlos Alberto. **O Brasil entre a norma culta e a norma curta**. In: LAGARES, Xoán Carlos e BAGNO, Marcos (orgs.). Políticas da norma e conflitos linguísticos. São Paulo: Parábola, 2011, pp. 259 - 275.

GERALDI, João Wanderley. **Heterocientificidade nos estudos linguísticos**. In: Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso – GEGe - Universidade Federal de São Carlos. Palavras e Contrapalavras – Enfrentando questões da Metodologia Bakhtiniana. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012, p. 19 – 39.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pelo Curso de Graduação e Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/Universidade Federal do Rio Grande do Sul. – Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

MENDONÇA, Marina Célia. **Desafios metodológicos para os estudos bakhtinianos do discurso**. In: Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso – GEGe - Universidade Federal de São Carlos. Palavras e Contrapalavras – Enfrentando questões da Metodologia Bakhtiniana. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012, p. 107 – 117.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.